



Relatório do Grupo de Trabalho Espécies Pelágicas Madrid, quinta-feira 24 de Abril, Ministério

Presidência: Enrique Paz (Federação das Cofradias da Cantábria)
Secretariado: JM Robert (CC Sul)

O Presidente do Grupo de Trabalho agradeceu os participantes pela sua presença. Alguns comentários referentes ao relatório da reunião anterior serão validados electronicamente. A ordem do dia foi aprovada, tendo sido apresentado o nível de avanço das recomendações anteriores.

Apresentação dos trabalhos do CSTEP sobre a gestão a longo prazo da anchova e diálogos trocados relativamente a uma eventual revisão desse quadro:

A.Uriarte (Aztí) apresentou os resultados dos trabalhos de modelização realizados pelo CSTEP. Foram exploradas várias opções de gestão, tanto relativas aos parâmetros da regra de avaliação como ao calendário de gestão. As modelizações socioeconómicas não puderam ser totalmente realizadas, devido à ausência de determinados dados ou à transmissão tardia dos mesmos. A regra de exploração proposta pelo CC Sul não pôde ser modelizada, devido a descontinuidades, levando a uma variabilidade excessiva dos resultados. Todavia, algumas regras de exploração são muito semelhantes. Em termos de gestão, um regresso ao calendário civil apresenta em média uma percentagem de risco mais baixa (4%) que o actual calendário de gestão. Os resultados das diferentes taxas de exploração e de uma limitação do TAC máximo também foram analisados.

Tendo em conta que a maior parte dos membros tomaram agora conhecimento destes resultados, não foi possível estabelecer uma recomendação com a totalidade dos parâmetros da nova regra de exploração. Contudo, os membros concordaram com um regresso a um calendário de gestão baseado no ano civil e um TAC máximo limitado a 25 000 toneladas. Os membros disporão de um prazo de um mês para tomarem uma posição, na perspectiva do próximo Comité Executivo.

Também recomendaram que as possibilidades de pesca fossem determinadas segundo o procedimento clássico para 2014/2015, de maneira transitória, pois está previsto o Regulamento Tac e Quotas revogá-lo no final do ano, e estabelecer as possibilidades de pesca para 2015.

Debate sobre a eventual renovação dos Acordos de Bilbao:

O sector espanhol emitiu, numa primeira fase, um pedido visando o aumento do seu acesso a determinadas pescarias pelágicas durante o primeiro semestre. O sector francês não pôde dar um acordo absoluto, pelo que emitiu uma contra-proposta, para o período problemático (Março-Abril). Apesar de uma interrupção de sessão dedicada à procura de um acordo, não foi possível chegar a um compromisso. A representante do sector para as Astúrias discordou, para além disso, com a renovação do acordo, devido à distribuição da quota da cavala em Espanha, pelo que prosseguir-se-ão os debates até às próximas reuniões organizadas pelo CC Sul.





Os membros indicaram no entanto claramente que, caso se chegasse a um acordo no âmbito do CC Sul, o mesmo não devia ser adoptado oficialmente nesse espaço.

Ponto informativo e debate relativo ao plano de gestão da Sardinha ibérica

O Azti apresentou uma nova regra de exploração para este stock. Sendo os resultados dos trabalhos ainda demasiado recentes, não foi possível, de facto, debatê-los. Foi indicado que os Estados Membros prosseguiram a negociação. Os membros apelaram novamente à implementação de medidas de gestão, de modo a evitar a passagem sob TAC dessa espécie. Os trabalhos terão, por conseguinte, de ser prosseguidos. A origem do plano de gestão também foi alvo de debates.

OCM e mecanismos de intervenção

O Presidente do Grupo descreveu pormenorizadamente as alterações introduzidas pelo novo regulamento OCM, identificando claramente alguns pontos problemáticos. As referidas alterações são, a seu ver, parcialmente responsáveis por uma certa degradação das condições de comercialização patentes desde o início do ano. Vários membros acharam oportuno emitir um parecer sobre o assunto, lamentando que o fim de alguns mecanismos constituísse um factor adicional de rejeições e que as OPs estavam actualmente muito limitadas em termos de visibilidade. As OPs deram, de facto, início às suas intervenções desde o início do ano, de maneira significativa, nalguns casos, apesar de o quadro jurídico e financeiro de intervenção não estar provavelmente pronto antes de 2015. O sector francês confirmou essas dificuldades, fazendo questão de comunicar o seu descontentamento.

Será, por conseguinte, proposto para adopção um projecto de parecer sobre o assunto, durante o próximo Comité Executivo.

Ponto informativo sobre a campanha de Atum Rabilho nas Canárias.

C. Carballo informou os membros do grupo relativamente a uma campanha de pesca de atum rabilho nas Canárias extremamente rápida em termos de consumo de quota, demonstrando, a seu ver, um melhoramento notável do stock. Pretende, assim, que uma recomendação visando o aumento das possibilidades de pesca seja adoptada, reactualizando o parecer 79. A referida impressão de abundância, também demonstrada através da difusão de um vídeo, foi confirmada pelos representantes dos Açores. Contudo, foi considerado que não seria razoável nem eficaz elaborar uma nova argumentação na ausência de elementos científicos novos. Os membros concordaram, por isso, em aguardar o novo parecer científico deste ano, antes de decidir quais as medidas a tomar.





Conseil Consultatif Régional Sud
6 rue Alphonse RAO
56100 Lorient - FRANCE
+ TEL. +33 297 63 11 69
+ FAX. +33 297 63 91 04
info@ccr-sud
ad@ccr-sud + g@ccr-sud
WWW.CCR-SUD

Ponto relativo ao estudo de diferenciação dos Stocks de Cavala

Estão actualmente a decorrer análises genéticas para se tentar provar a existência de populações distintas de cavalas. O estudo está relacionado com o comportamento de homing (*retorno*) reprodutivo desta espécie, podendo este envolver uma gestão diferenciada dessas populações. Os trabalhos estarão concluídos durante o ano de 2014, possibilitando ainda o aperfeiçoamento dos conhecimentos relativamente ao Golfo da Biscaia.

Principais Conclusões da Reunião

- Gestão a longo prazo da anchova do Golfo da Biscaia: Foi possível chegar a um consenso no que respeita aos primeiros elementos (calendário, TAC máximo) do futuro quadro de gestão a longo prazo. No entanto, os trabalhos terão de ser prosseguidos para a recomendação poder ser finalizada.
- Revisão dos acordos de Bilbao: Tendo a negociação fracassado, os debates terão de ser retomados.
- Instrumentos financeiros da nova OCM: Terá de ser preparado um projecto de parecer para o próximo Comité Executivo.